



ACESSO NÃO GARANTE INCLUSÃO:

AS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS DA CRIANÇA MIGRANTE NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Carla Augusta Seixas Carneiro Silvestre ¹
Orientador do Trabalho Marcos Cezar de Freitas ²

RESUMO

O presente trabalho se configura em uma reflexão sobre experiências educacionais de crianças migrantes internacionais em São Paulo no contexto da Pandemia. Com o crescimento do processo migratório latino a temática das desigualdades e diversidades advindas deste contexto, no qual famílias inteiras precisam deixar seu país, pelas mais diferentes questões, são cada vez mais frequentes em nosso país. Para além desta realidade tão cruel e hostil, eles passam por uma nova demanda com o contexto do COVID-19. A escola dentro desta realidade tem um papel fundamental de inclusão e respeito a diversidade cultural. Para adensar a compreensão das experiências educacionais esta pesquisa, teve como objetivo principal levantar os efeitos da pandemia nas relações pedagógicas com crianças migrante. Tendo como metodologia, a pesquisa qualitativa no território da educação infantil. Utilizando-se da análise os documentos oficiais da escola Projeto Político Pedagógico, Carta de Intenções, Indicadores de Qualidade e entrevista de responsáveis, gestão e educadoras. E obteve como resultado que, as crianças migrantes tiveram o acesso a escola pública, todavia sua inclusão nas atividades remotas e experiências educacionais não foram efetivadas.

Palavras Chaves: Educação Infantil, Migração Internacional, Pandemia

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda experiências educacionais das crianças migrantes, especificamente no contexto da pandemia COVID-19, no âmbito da educação pública infantil na cidade de São Paulo. Investiga e problematiza as conexões propostas entre o universo escolar e crianças matriculadas, com recorte específico na situação experimentada por crianças migrantes internacionais, cuja presença é significativa na grande metrópole, diversificando-a culturalmente, pois há um expressivo conjunto de matrículas destas na Secretaria Municipal de Educação.

Tendo em vista, a realidade do vírus denominado SARS – COV- 2 (COVID 19), em março de 2020 todas as escolas foram fechadas, e o mundo isolou-se, obrigando a todos mudarem as relações. Quarentena, álcool em gel, uso de máscaras e a impossibilidade de estar na escola para assim poder preservar a vida, de um vírus letal.

¹ Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, carla.carneiro@unifesp.br;

² Professor orientador: Pós Doutor, da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, marcos.cezar@unifesp.br



Vamos considerar as sérias limitações de liberdade previstas pelo decreto: d) suspensão dos serviços educacionais para crianças e escolas de todas as ordens e graus, bem como a frequência das atividades escolares e de ensino superior, exceto as atividades de ensino à distância; (AGAMBEN, 2020, p.13)

Neste primeiro ano, as ações pedagógicas se configuraram em uma nova modalidade: a Remota, e as relações dos(as) professores(as) da educação infantil e as famílias passaram a ter um novo formato, no qual, as famílias (nativas ou migrantes) deveriam acessar a plataforma digital e com base nas orientações dos educadores realizar as ações com as crianças.

Com efeito, a suspensão das atividades letivas presenciais, por todo o mundo, gerou a obrigatoriedade dos professores e estudantes migrarem para a realidade online, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem, naquilo que tem sido designado por ensino remoto de emergência. E na realidade, essa foi uma fase importante de transição em que os professores se transformaram em youtubers gravando vídeo-aulas e aprenderam a utilizar sistemas de videoconferência, como o Skype, o Google Hangout ou o Zoom e plataformas de aprendizagem, como o Moodle, o Microsoft Teams ou o Google Classroom. No entanto, na maioria dos casos, estas tecnologias foram e estão sendo utilizadas numa perspectiva meramente instrumental, reduzindo as metodologias e as práticas a um ensino apenas transmissivo. É, pois, urgente e necessário transitar deste ensino remoto de emergência, importante numa primeira fase, para uma educação digital em rede de qualidade. (MOREIRA, *et al*, 2020, p.352)

Ao iniciar 2021 com o “novo normal”, mais alguns desafios foram apresentados: como a proposta de um Protocolo de Volta às Aulas e as Atividades Remotas que continuavam para uma parte das crianças. Esta modalidade de educação foi denominada Ensino Híbrido.

Adentrando no recorte do nosso objeto de pesquisa, podemos observar que o contexto de atendimento educacional pandêmico, explicitou as inúmeras desigualdades existentes nas camadas mais pobres da população. E deixou ainda mais evidente o quanto as famílias de migrantes internacionais têm maior vulnerabilidade e passaram ou permanecem em situações de hostilidade, em especial as crianças.

Crianças desse universo ganham maior visibilidade em momentos sombrios. O grande fluxo de imigrantes latino-americanos, que tem acrescentado novos estratos de diversidade ao panorama social do país, muitas vezes só é percebido em situações com forte degradação das atividades de trabalho e lamentáveis confinamentos nos quais seres humanos são submetidos a regimes de trabalho análogos à escravidão. (FREITAS . SILVA, 2015, p. 1)

Portanto, se faz necessário compreender todo o contexto, mesmo antes do início da Pandemia o número de migrantes internacionais em idade escolar cresceu muito. Segundo os dados do NEPO (Núcleo de Estudos de População - ‘Elza Berquó’), no censo escolar nacional, dos anos de 2010 a 2019 houve um aumento significativo nas matrículas. Em nove anos, o número de estudantes migrantes que passaram a acessar a Educação Básica triplicou, chegando a uma diferença de 86.667 educandos.

Esta transformação da realidade social está ocorrendo por alguns motivos, os mais significativos são os fatores adversos que levam as pessoas a migrarem e as mudanças legais que se adequam a esta nova realidade.

Analisando o que leva uma família a sair do seu país de origem pode-se observar questões como: desastres naturais, guerras, desemprego, entre outros. No caso dos(as) haitianos(as) “Após o terremoto que atingiu o Haiti em 2010, o Brasil consolidou se como uma das novas rotas migratórias da diáspora haitiana no mundo, somando se a destinos que, há décadas, contam com presença significativa dessa diáspora” (COGO, ALLES, 2020, p.3), em outra circunstância os(as) venezuelanos(as) “A instabilidade política, econômica e social decorrente da crise que a Venezuela vem enfrentando desde 2015 provocou a emigração de mais de 4,5 milhões de pessoas até o final de 2019 ” (MARTINO, MOREIRA, 2020, p.153), e a busca por educação e trabalho como o caso dos(as) bolivianos(as) “A presença boliviana em São Paulo não constitui um fato novo. Embora ela tenha se tornado significativa somente a partir da década de 1980, pode-se dizer, contudo, que tal presença remonta ao início da década de 1950” (SILVA, 2006, p.1)

A Constituição Federal aponta que: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei” (BRASIL, 1988) e a Lei de Migração repudia a xenofobia e descriminaliza a migração, buscando acolher aos migrantes em suas necessidades básicas e dá acesso à educação e aos direitos sociais.

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

III - não criminalização da migração; [...]

VI - acolhida humanitária; [...]

XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social” (BRASIL, 2017)

Segundo o NEPO, dos mais de 130.000 estudantes, 17.787 migrantes estão na cidade de São Paulo. Com base nestes dados, se torna relevante analisar como a escola de Educação Infantil da Rede Municipal tem atuado com suas crianças migrantes em especial no contexto da pandemia. Sendo assim, o problema que se apresenta é: Como a pandemia impactou as experiências educacionais, baseadas nas ações da equipe escolar e responsáveis, com crianças migrantes internacionais na educação infantil na cidade de São Paulo?

Ter acesso, não garante ser incluído. Sendo assim, este campo de forças que é a escola necessita constantemente ser visitado, mexido, pensado e refletido para garantir políticas públicas, e ações educacionais que permitam mais do que tínhamos ontem e temos hoje. O tema migração também acrescenta densas questões para os debates relacionados à política educacional como um todo e para aspectos da educação inclusiva de modo particular.



No panorama da educação brasileira no contemporâneo, a presença de imigrantes na escola é fenômeno que constitui como problemática atual, que desafia os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem e formuladores de políticas públicas, pois implica em transformações no cenário educacional. Ao se deparar com o fenômeno migratório, coloca-se em evidência a necessidade das redes de ensino construírem políticas educacionais que favoreçam o acolhimento dos estudantes imigrantes, pois é no ambiente escolar que o direito à educação se efetiva. (BRAGA, 2019, p. 3)

O trabalho se propôs a fazer uma pesquisa qualitativa na Unidade Educativa, também conhecido como: o “chão da escola”, e neste espaço vamos buscar o que ROCKWELL; EZPELETA, (2007) colocam como o não documentado, que coexiste com o que está nos papéis e na história da escola.

Coexiste, contudo, com esta história e existência documentada, outra história e existência, não documentada, através da qual a escola toma forma material, ganha vida. Nesta história, a determinação e presença estatal se entrecruza com as determinações e presenças civis de variadas características. A homogeneidade documentada decompõe-se em múltiplas realidades cotidianas. Nesta história não-documentada, nesta dimensão cotidiana, os trabalhadores, os alunos e os pais se apropriam dos subsídios e das prescrições estatais e constroem a escola. (ROCKWELL; EZPELETA, 2007, 134)

Têm-se como objetivo principal levantar os efeitos da pandemia nas relações pedagógicas com crianças migrantes. Para atender este primeiro, emergem os seguintes objetivos secundários do trabalho:

- 1) Analisar os documentos pedagógicos da Unidade Educacional constantes no Projeto Político Pedagógico: Carta de intenções, Indicadores de Qualidade Paulistana e Concepções de educação;
- 2) Avaliar, partir do olhar de familiares e equipe escolar (professoras, coordenadora e diretora) como ocorreram as ações e as experiências educativas inclusivas com as crianças migrantes, estabelecendo um comparativo entre o que família e a equipe escolar relatam;
- 3) Comparar a documentação pedagógica com a pesquisa qualitativa.

Como nos coloca LAHIRE (2004), podemos observar estruturas e contextos, um novo ponto de partida de um processo inacabado. Ao elencarmos questões que até aquele momento não haviam sido apresentadas por estarem no cotidiano, buscamos um conhecimento conjuntural, contestado e local.

... A teoria é uma tentativa de saber algo que, por sua vez, leva a um novo ponto de partida em um processo sempre inacabado de indagação e descoberta; não é um sistema que precisa ser acabado, útil na produção do conhecimento. A diferença de ênfase é importante e esclarece por que, para Hall, a teoria é "um conhecimento conjuntural, contestado e local", mais do que uma manifestação da vontade de verdade (LT). (LAHIRE, 2004, p.14)



Ao observar atentamente os documentos da CEMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) selecionada, foi possível reconhecer em seu PPP (Projeto Político Pedagógico) que “O brincar é essencial ao desenvolvimento da criança e deve ser prioridade diária em uma concepção de educação inclusiva.” p.2, porém, no decorrer do documento não há especificação do que a equipe compreende por inclusão, e como esta é pensada em relação as crianças migrantes. Na carta de intensões há um cuidado com as crianças como um todo e os projetos, como por exemplo de meio ambiente. Nos Indicadores de Qualidade que a Unidade cita os documentos oficiais da prefeitura e a questão da diversidade cultural e étnica.

As entrevistas semiestruturadas e autorizadas, foram realizadas primeiramente, com as educadoras, coordenadora e diretora que refletiram sobre as ações educativas e como o COVID-19 afetou as pessoas, em especial as crianças migrantes internacionais.

As famílias realizaram a entrevista semiestruturadas e autorizadas, posteriormente, na qual as mães se disponibilizaram a contar de suas trajetórias migratórias e depois refletiram sobre como a pandemia transformou suas realidades e das crianças, e finalizaram explicando como a educação foi pensada.

Durante a pesquisa foi possível observar que a escola em sua documentação tem um anseio de propor a inclusão. Contudo, nas entrevistas conseguimos compreender que as ações remotas não conseguiram incluir a maioria das crianças nativas e excluíram as que são migrantes internacionais, pois além das dificuldades de acesso ao Google Sala de Aula as propostas eram todas realizadas na língua portuguesa, que as famílias migrantes não têm domínio.

METODOLOGIA

Para compreender este momento de pandemia e poder analisá-lo, esta pesquisa qualitativa teve como pressuposto e dinâmica geradora de dados, engendrar um processo de escuta para registrar como os gestores, professores e responsáveis definiram estratégias específicas para essas crianças, considerando o cenário de distanciamento que se impôs, bem como o “novo normal” com os protocolos de volta às aulas.

A importância metodológica de aplicar entrevistas abertas, partindo de questões iniciais, é de suma relevância tendo em vista que possibilita aos participantes da pesquisa trazerem memórias e experiências que marcaram este momento e são evidências de fatos que devem ser entendidos e refletidos. Para tanto, antes do início da pesquisa de campo, o presente trabalho passou por aprovação do Comitê de Ética.

A gravação, autorizada, se configura na possibilidade de revisitar os vídeos e assim analisar as respostas para compreender como a pandemia afetou os relacionamentos, aprendizagens e ações entre a escola e as crianças migrantes.

Como condição *sine qua non*, é garantido e mantido o sigilo do indivíduo pesquisado, o direito de não responder a qualquer questão, sem a necessidade de explicação ou justificativa.

Esse processo se complementa com a análise das bases pedagógicas, ou seja, trata-se de retomar o Projeto Político Pedagógico, as Cartas de Intenções, os Indicadores de Qualidade Paulistana e as concepções de educação para analisar qual o “preparo” suposto para lidar com crianças migrantes de modo a avaliar o quanto desses conteúdos foram retomados, refeitos, reorganizados na situação que afligiu a todos, mas, presumivelmente, de modo singular a esses(as) pequenos(as).

No contexto de pandemia, que segue, as ações precisaram ser adequadas para a pesquisa qualitativa, sendo assim as entrevistas foram semiestruturadas para que os(as) participantes pudessem contar as suas experiências e assim fosse possível captar suas falas, e percepções individuais das vivências.

Como apresenta YIN (2005), existem algumas exigências para o pesquisador:

- O pesquisador deve ser um bom ouvinte e não ser enganado por suas próprias ideologias e preconceitos
- O pesquisador deve ser adaptável e flexível, de forma que as situações recentemente encontradas possam ser vistas como oportunidades, não ameaças
- O pesquisador deve ter uma noção clara das questões que estão sendo estudadas, mesmo que seja uma orientação teórica ou política, ou que seja de um modo exploratório. Essa noção tem como foco os eventos e as informações relevantes que devem ser buscadas a proporções administráveis.
- O pesquisador deve ser imparcial em relação a noções preconcebidas, incluído aquelas que se originam de uma teoria. Assim, a pessoa deve ser sensível e estar atenta a provas contraditórias. (YIN, 2005, p.83)

Como salienta GOMES, *et al* (2019 p.119): “Somos todos aprendizes de nossa própria prática em mudança” e na atual conjuntura de distanciamento social, medidas sanitárias restritivas, mudanças digitais, alterações de práticas pedagógicas, protocolo de volta às aulas, ensino híbrido, todos estão passando por alterações, sendo assim as entrevistas foram realizadas de duas formas, uma parte remota e outra presencial seguindo os protocolos.

REFERENCIAL TEÓRICO

São Paulo, a maior Capital do nosso país, é palco de expressivas diversificações em especial no que tange a educação. O acesso não garante aos migrantes experiências efetivas de



aprendizagem e todas as políticas públicas necessárias fundamentais, e, portanto, uma Educação Inclusiva. E é no chão da escola, no particular de cada Unidade, que conseguimos perceber o que se efetiva ou não. Essa é uma questão que nos lembra LAHIRE (2004), que é preciso ver os detalhes, conhecer as realidades de perto e por dentro:

Só existe uma forma de se chegar ao universal: observar o particular, não superficialmente, mas minuciosamente e em detalhes'. Para compreender isto de modo mais claro, precisamos, tanto aqui como em inúmeros casos análogos, considerar as particularidades dos processos: olha mais de perto o que está acontecendo (LAHIRE, 2004, p.11)

Ao olhar mais de perto, nos deparamos com uma realidade ainda mais desafiadora e alarmante com a chegada do COVID –19. Os migrantes se viram com um novo desafio, de lidar um com vírus desconhecido, com alto poder de contágio e que levaria muitos a óbitos.

A pandemia provocada pelo novo coronavírus tem se apresentado como o maior desafio enfrentado pela humanidade desde o fim da II Grande Guerra. Tida como um grande choque sistêmico global, a Covid-19 tem alcançado números impressionantes em diversas frentes, desde mortos e infectados, passando por crianças e jovens fora das salas de aula, firmas falidas e pessoas desempregadas. O *grande lockdown* (termo cunhado pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, para designar o conjunto de medidas de paralisação da economia por conta do afastamento social) mostra-se um desafio de magnitude inédita, considerando que a crise econômica nele experimentada não tem origem em fundamentos macroeconômicos como observado em crises anteriores, mas sim em questões de ordem sanitária. (FLEXOR, *et al*, 2021, p. 1)

Desta forma cada país, segundo sua organização realizou as ações que entendeu ser as mais adequadas. Sendo assim, a primeira lei promulgada pela presidência foi a LEI Nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, a mesma sofreu alterações durante o enfrentamento da emergência de saúde gerada pelo Coronavírus. De todo, o artigo 3º explicita medidas possíveis conforme a realidade.

Art. 3º Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, entre outras, as seguintes medidas: [\(Redação dada pela Lei nº 14.035, de 2020\)](#)

- I - isolamento;
- II - quarentena;
- III - determinação de realização compulsória de:
 - a) exames médicos;
 - b) testes laboratoriais;
 - c) coleta de amostras clínicas;
 - d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
 - e) tratamentos médicos específicos;

No caso do Brasil, os Estados e Municípios tiveram autonomia para ações de controle da pandemia determinado pelo Supremo Tribunal Federal. O Estado de São Paulo, bem como a Capital determinaram o fechamento de estabelecimentos. Segundo o Decreto, Nº 59.283, de

16 de março de 2020, todas as escolas deveriam orientar as famílias e em seguida fechar as Unidades:

- Art. 16. Fica determinado à Secretaria Municipal de Educação que:
- I - capacite os professores para atuarem como orientadores dos alunos quanto aos cuidados a serem adotados visando à prevenção da doença; [...]
 - IV - promova a interrupção gradual das aulas na rede pública de ensino, com orientação dos responsáveis e alunos acerca da COVID-19 e das medidas preventivas; [...]
 - VI - adote medidas visando à operacionalização de ensino à distância.

Para além desta realidade tão cruel e hostil que migrantes passavam, com a pandemia isso se agravou. Neste recente contexto, as desigualdades inobservadas pelos poderes públicos, e até mesmo pela escola se tornam “chagas abertas” das assimetrias sociais.

Um dos efeitos esperados da pandemia é o recrudescimento das desigualdades em escala global, reafirmando e fortalecendo fenômeno que já vinha se destacando no debate internacional. À época dos rumores acerca da atual pandemia, detinha alguma força a ideia de que todos estavam no mesmo barco, ou seja, que essa crise alcançaria igualmente todas as classes sociais, nas diversas partes do mundo. Talvez por isso, no começo da Covid-19, tenha ganhado algum eco o tipo de discurso de que o vírus nos igualaria, pouco importando a classe social de pertencimento... Muito rapidamente, contudo, o inverso mostrou-se, e a Covid-19 passou a ser vista como uma força em direção ao reforço das desigualdades preexistentes, ao atingir estratos sociais mais pobres ou grupos por suas razões mais vulneráveis. De um lado, verifica-se uma propensão muito mais acentuada para a ocorrência de casos graves e óbitos entre negros, indígenas e idosos. De outro lado, mulheres e crianças são duramente atingidas pelas consequências da pandemia, tais como a sobrecarga de trabalho e a maior exposição à violência no ambiente doméstico, a privação do aprendizado e do convívio por conta do fechamento das escolas, os riscos de comprometimento da saúde psíquica, etc. (FLEXOR, *et al*, 2021, p. 1)

Na busca de minimizar o contexto assimétrico e garantir atendimento, foi utilizado o Ensino Remoto Emergencial com a perspectiva de uma Educação Digital. A Prefeitura de São Paulo e todas as escolas em 2020, mudaram para a realidade de presencial para online, e em 2021 a proposta foi o Ensino Híbrido, no qual uma parte das crianças permaneciam em casa e a outra ia para a escola com distanciamento. A pesquisa teve como metodologia analisar o que os documentos da CEMEI e as entrevistas nos proporcionaram como resultado das expectativas e realizações educativas para este momento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A CEMEI estudada inicia seu Projeto Político Pedagógico explicando que após o período de adaptação, no ano de 2020, todos foram surpreendidos com a pandemia. E seguindo as determinações da Secretaria de Educação Municipal a escola adequou a formatação exigida do Ensino Remoto.

Ainda em 2020, logo após o início do ano, quando os bebês e crianças chegavam mais tranquilamente em nosso CEMEI, fomos



surpreendidos pela pandemia causada pelo CORONAVÍRUS SARS COV II, causando a COVID 19. Houve uma reorganização das unidades escolares, de acordo como Decreto Municipal 59.293, de 16 de março de 2020, que declarou situação de emergência no Município de São Paulo e definiu medidas de enfrentamento a pandemia, interrompendo as aulas presenciais frente às necessidades de sobreviver ao vírus, adotando medidas que antes considerávamos impensáveis, como o ensino remoto na educação infantil. Entendemos que este recurso foi importante para manter o vínculo entre crianças, família e unidade escolar, mas compreendemos as dificuldades enfrentadas, contudo, sabemos que o “currículo do bebê e criança” continuou acontecendo e que as orientações do CEMEI contribuíram para que as famílias pudessem oportunizar melhores momentos para a aprendizagem e desenvolvimento. Para atender ao decreto, houve afastamento de toda equipe docente em todas as unidades escolares, tendo a gestão e o setor administrativo trabalhando em forma de plantão para atendimento das demandas e salvaguardar as unidades físicas. Muitas famílias mantiveram-se em isolamento social por todo o período e hoje, ainda enfrentamos os desafios ocasionados por esta pandemia. (PPP, p. 13)

Para as famílias, foram disponibilizados o Trilhas de Aprendizagens I e II, e as atividades ofertadas no Google Sala de Aula. Parte dos acessos também ocorreram pelo Facebook da Escola, todos com o objetivo de ampliar as possibilidades de brincadeiras e interações.

Em 2021 o atendimento presencial foi iniciado com 35% da capacidade e sendo ampliado, gradativamente, de acordo com as orientações vindas da Secretaria de Educação, até atingir a capacidade máxima da Unidade Escolar, respeitando as exigências de distanciamento, adequadas às dimensões dos espaços das salas de aula. No decorrer do ano as famílias que optaram ou aguardaram a vaga para o retorno ao atendimento presencial tiveram disponibilizadas atividades pelo Google Sala de Aula (professoras em teletrabalho que eram responsáveis pelas postagens).

Nas entrevistas com as professoras, coordenadora e diretora, as mesmas pontuaram as dificuldades advindas do momento pandêmico que afetou direta ou indiretamente todos nós: perda de entes queridos, doença, relações abusivas e questões psicológicas. No que se refere as responsáveis pelas crianças migrantes, as mesmas ampliaram a discussão pontuando sobre: a falta de trabalho (as lojas de roupas fecharam e conseqüentemente as oficinas de costura também), as dificuldades para pagar os aluguéis e que somente, por conta da ajuda do auxílio emergencial e a rede de apoio entre migrantes, não passaram fome.

No que se refere aos aspectos pedagógicos a equipe escolar, transpareceu que para a Educação Infantil o “currículo do bebê e criança” (PPP) só se efetiva no cotidiano escolar. Ao



conversarem com os responsáveis, estes relataram que por diferentes motivos, sentiam dificuldades em acessar a Plataforma Google Sala de Aula. Desta forma, criaram alternativas para as famílias manterem o vínculo com a escola, uso de e-mail e ligações telefônicas para as comunicações administrativas, Facebook para a postagem de algumas atividades e os materiais complementares como o Trilha de Aprendizagens I e II.

As mães migrantes pontuaram que a escola foi muito acolhedora no retorno as aulas presenciais e que as professoras mandam pelo WhatsApp pessoal fotos de momentos significativos. Contudo, durante o período em que permaneceram remoto não houve a possibilidade de ações educativas porque:

- As propostas postadas eram em português e não em espanhol (mesmo os livros – Trilhas de Aprendizagem eram todos em português);
- Os celulares dos responsáveis eram utilizados pelos filhos mais velhos que estavam no Ensino Fundamental (As mães e os pais tiveram muita dificuldade para ajudá-los já que as atividades eram todas em português);
- E por conta de questões monetárias, por vezes, a família ficava sem acesso à internet em casa.

Para as famílias a escola é essencial pois, consiste se configura como um local seguro e educativo e que os pais podem ir trabalhar, mas, por terem sido privados do espaço e do fazer escolar no momento de pandemia, as crianças perderam muito.

Os estudantes migrantes tiveram acesso a escola pública, porém, não obtiveram a inclusão, o que nos faz refletir sobre a necessidade de entender mais sobre as especificidades das crianças e suas famílias, como podemos ampliar nosso olhar para o “fazer” pedagógico, que vai muito além das expectativas constantes nos documentos e que se reverbera nas relações estabelecidas como todos que estão na escola, nas propostas que precisam “*mirar*” as diversidades e assim, fazem da Escola um local propício à inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pandemia do COVID-19 configurou-se como um momento de muitas adversidades em especial, para as pessoas migrantes que para além das vulnerabilidades inerentes do processo migratório, ainda tiveram que enfrentar a realidade de isolamento, perda de renda, doenças e dificuldades diversas contando com pouco ou rara ajuda humanitária.



No percurso, as crianças migrantes matriculadas na rede pública municipal, permaneceram em suas casas com a expectativa de um retorno breve, o qual, levou mais de um ano para acontecer. Neste período remoto, as propostas formuladas pela escola não atenderam as demandas educativas, seja pela barreira linguística e/ou a ausência de estratégias para abordar os estudantes e suas necessidades.

Com isso, voltamos ao nosso título, que nos faz pensar que ter acesso, não garante ser incluído. A inclusão só acontece quando todos andamos juntos, se as crianças estão matriculadas, mas, não são afetadas (no sentido mais poético da palavra – atingidas e impressionadas), seguimos com um discurso de inclusão, todavia temos uma prática excludente.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Reflexões sobre a peste, ensaios em tempos de pandemia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRAGA, A. C. A. **O estado da arte da Educação para Imigrantes Ponto-e-Vírgula**. PUC-SP, Nº 25, Primeiro Semestre 2019 A, P. 2-14. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/50907>>. Acesso em: 10 maio 2021

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Migração, Lei Nº 13.445** de 24 de maio de 2017. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm> Acesso em: 17 set. 2021

BRASIL. **Lei Nº 13.979**, de 06 de fevereiro 2020. Enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm> Acesso em 10 mar. 2022

COGO, D.; ALLES, N. L. **Imigrantes haitianas no Brasil, usos de TICs e experiências de ativismo RAEIC**. V. 7, Nº. 13, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.24137/raeic.7.13.2>> Acesso em: 27 mar. 2021

FREITAS, M. C. SILVA, A. P. **Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: adaptação, vulnerabilidades e tensões** Cad. Pesqui. V.45, Nº.157, São Paulo jul./set. 2015 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053143246>> Acesso em: 21 ago. 2021



FLEXOR, G. *et al.* . **A Covid-19 e o agravamento das desigualdades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Dossiê: metrópole e saúde • Cad. Metrópole 23 (52) • Sep-Dec 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5203>> Acesso :29 set. 2021

GOMES, A. M. R.; *et al.* **Aprendizagem na/da etnografia: reflexões conceitual-metodológicas a partir de dois casos bem brasileiros**. REVISTA DA FAEEDBA, UNEB, 2019. Disponível em: DOI <<http://dx.doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2019.v28.n56.p116-135>>. Acesso em: 12 maio 2021

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares, razões improváveis**. São Paulo: Editora Ática, 2004

MARTINO, A. A. ; MOREIRA, J. B. **A política migratória brasileira para venezuelanos: do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017-2019)**. REMHU. V. 28, Nº60, Brasília Set./Dec. 2020 . Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006009>> Acesso em: 26 mar. 2021

NEPO (Núcleo de Estudos de População - ‘Elza Berquó’). Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/censo-escolar/> Acesso em: 26 maio 2021

PPP -CEMEI LEILA. **Centro Municipal de Educação Infantil Professora Leila Gallacci Metzker: Projeto Político Pedagógico**, São Paulo. 2021

MOREIRA, J. A. M.; *et al.* **Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia**. Dialogia, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/17123>> Acesso em: 29 out. 2021

ROCKWELL, E.; EZPELETA, J. **A ESCOLA: relato de um processo inacabado de construção**. Currículo sem Fronteiras, V.7, Nº. 2, pp. 131-147, Jul/Dez 2007 Disponível em: <www.curriculosemfronteira.org/vol7iss2articles/rockwell-ezpeleta.htm> Acesso em: 06 abr. 2021

SÃO PAULO (Município). **Decreto Nº 59.283**, de 16 de março de 2020. Situação de emergência no Município de São Paulo decorrente do coronavírus. Disponível em: <documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/decretos/D59283.pdf#:~:text=DECRETO%20N%2059.283%2C%20DE%2016%20DE%20MARÇO%20DE,Federal%20n%2013.979%2C%20de%206%20de%20fevereiro%202020%2C> Acesso em: 12 mar. 2022



SILVA, S. A. **Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade.** Estudos Avançados. vol.20 no.57 São Paulo May/Aug. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200012>> Acesso em: 06/05/2021

YIN, Robert. **Estudo de caso, Planejamento e Métodos:** 3º edição. Porto Alegre: Bookman, 2005